



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000309839

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000418-83.2024.8.26.0161, da Comarca de Diadema, em que é apelante THIAGO OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA, é apelado INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS MONNERAT (Presidente) E FÁBIO GOUVÊA.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ALBERTO GENTIL
Relator(a)
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível nº 1000418-83.2024.8.26.0161 - Diadema.

17ª. Câmara de Direito Público.

Apelante – Thiago Oliveira Ferreira da Silva.

Apelado – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Juíza – Cíntia Adas Abib.

Voto nº 44.584.

Vistos.

APELAÇÃO - Falta de interesse de agir – Não ocorrência –
Prévio requerimento administrativo – Desnecessidade, ante
a ressalva feita quando do julgamento do Tema 350 do STF
(item 4 do V. Acórdão) – Recurso provido.

A r. sentença de fls. 78/79, cujo relatório é adotado,
julgou extinta ação acidentária promovida por Thiago Oliveira Ferreira da
Silva em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, *ut* arts. 330, III,
e 485, I, ambos do Código de Processo Civil.

Apela o autor. Bate-se pela reforma do julgado,
afastando-se o óbice reconhecido em Primeiro Grau.

Sem resposta.

Sem manifestação da Douta Procuradoria de Justiça
em razão do Ato Normativo nº 354 do *Parquet*.

É o relatório.

De acordo com o posicionamento do Plenário do
STF, firmado em 03.09.2014, no julgamento da repercussão geral no

Recurso Extraordinário nº 631.240/MG (Tema 350), falta interesse de agir ao segurado, nas ações previdenciárias, como regra, que não tenha inicialmente protocolado requerimento administrativo antes de ingressar em Juízo.

No entanto, o Ministro Luís Roberto Barroso, relator do RE 631.240/MG, ressaltou que **“na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão”** (item 4, da ementa do v. Acórdão – destaquei).

No caso em exame, conforme documentação juntada ao feito, a autarquia cessou o benefício de titularidade do segurado aos 22 de agosto de 2023, por meio de alta médica programada (fls. 22).

Ou seja: - a autarquia, ao cessar o benefício temporário do autor, outorgado em razão do mesmo fato gerador discutido nestes autos, conferindo-lhe, assim, a alta médica, na verdade, negou o direito aqui perseguido. Tanto é que o apelante se viu compelido a ingressar em Juízo, com vistas à concessão ou reativação de seu benefício.

Afinal, frise-se, conforme ressaltado pelo Excelentíssimo Ministro Relator: - **“(…) considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido**

poderá ser formulado diretamente em juízo salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão (destaquei e grifei).

Destarte, não há como se afastar o interesse de agir do recorrente.

De se registrar que o Superior Tribunal de Justiça, em casos análogos, também vem reconhecendo o interesse de agir do segurado: - EREsp n. 1.269.726/MG, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 13/3/2019, DJe de 20/3/2019 REsp nº 2085661/SC, Rel Ministro TEODORO SILVA SANTOS, DJe de 15/05/2024; REsp n. 2.023.043/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe de 18/10/2022; REsp n. 2.079.531/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 21/06/2023; REsp n. 2.054.875/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe de 24/03/2023; REsp n. 2.029.184/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe de 02/03/2023; REsp n. 2.110.738/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe de 24/11/2023; e REsp n. 2.022.114/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 10/10/2022.

No mesmo sentido, o entendimento desta Colenda Câmara Especializada: - Apelação Cível nº 1003593-66.2021.8.26.0363, DJ 10.09.2024, Relator Desembargador Carlos Monnerat.

Convincente, pois, o recurso, para que com isso seja afastado o óbice reconhecido em Primeiro Grau e determinado o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

prosseguimento do feito em seus ulteriores termos.

Daí porque, ante o exposto, nos termos supra consignados, dou provimento ao recurso.

ALBERTO GENTIL

Relator

(Assinatura Eletrônica)